



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 7911

**Presidente da Mesa Diretora:** Athos Mameluke Mota

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Modifica e Revoga Leis

**Autoria:** Edwan Carlos de Quadros Lopes

**Data:** 10/12/2009

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 158/2009. Acrescenta o parágrafo 2º ao artigo 4º da Lei nº 2.631, de 25/09/1998, que dispõe sobre sanções administrativas a estabelecimentos bancários infratores do direito do consumidor. (Tempo de espera em filas de estabelecimentos bancários). (Referente à Lei nº 4.196, de 23/12/2009).

**Controle Interno – Caixa:** 16.4

**Posição:** 06

**Número de folhas:** 05

---

Espécie: PL  
Categoria: Modifica  
Cl: 16.4  
Ordem: 06  
nº fls: 03



136/2009  
22.12.2009

## Câmara Municipal de Montes Claros

Lei nº 4196 de 23/12/2009

PROJTO DE LEI Nº 158 /2009

AUTOR:

Ver. Edwan Carlos de Quadros Lopes ( Edwan do Detran )

ASSUNTO:

Acrescenta o Parágrafo Seguindo ao Art. 4º da Lei 2.631, de 25 de setembro de 1998 e dá Outras providências.

Sobre tempo de espera em estabelecimentos bancários.

### MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 10/12/2009  
Comissão de Legislação e Justiça.
- 2 -
- 3 - APROVADO em REGIME DE URGÊNCIA
- 4 - C/A EM 22-12-2009
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

GABINETE DOVEREADOR EDWAN DO DETRAN

PROJETO DE LEI Nº 158/2009

Lei nº 4.196, de 23/12/2009

Acrescenta o parágrafo segundo ao art. 4º da Lei 2.631, de 25 de setembro de 1998 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Montes Claros – MG aprova e eu, Prefeito Municipal, em seu nome sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Acrescenta o parágrafo segundo ao art. 4º da Lei 2.631, de 25 de setembro de 1998 e dá outras providências.

§ 1º ...

§ 2º Torna-se obrigatória a afixação de cartazes com letras legíveis em todos os caixas de atendimento no interior das agências bancárias de Montes Claros, com o seguinte teor: “Caracterizar-se-á abuso ou infração dos estabelecimentos bancários, para os efeitos da Lei nº 2.631, aqueles casos em que, comprovadamente, o cliente ou usuário seja constrangido a permanecer na fila de atendimento por um tempo de espera superior a 15 minutos”. A infração poderá ser denunciada ao órgão de Defesa do Consumidor.


**Art. 2º** Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, 07 de dezembro de 2009.

Vereador – Edwan Carlos de Quadros Lopes (Edwan do Detran)

Edwan Carlos de Quadros Lopes  
Edwan do Detran  
Vereador

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECEB.
09/12/2009	
HORA: 13h41	
ASS: [assinatura]	

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 10 DE SETEMBRO DE 2009  
  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM DISCUSSÃO POR  
REGIME DE URGÊNCIA  
EM 22 DE SETEMBRO DE 2009  
  
PRESIDENTE



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 158/2009 QUE “Acrescenta o parágrafo segundo ao art. 4º da Lei 2.631, de 25 de setembro de 1998 e dá outras providências” de autoria do Vereador Edwan Carlos de Quadros Lopes.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


O projeto sob comento tem por fim alterar a redação da Lei 2.631/98.

Não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no referido projeto, tendo em vista que trata de assuntos de interesse local.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 11 de dezembro de 2009.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo





**Câmara Municipal de Montes Claros - MG**  
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 158/2009**

**AUTOR:** Ver. Edwan Carlos de Quadros Lopes

**MATÉRIA:** “Acrescenta o Parágrafo Segundo ao Art. 4º da Lei 2.631, de 25 de setembro de 1998 e dá Outras Providências.

**I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 10/12/2009, com entrada na Sala das Comissões no dia 11/12/2009.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

O presente projeto acrescenta o parágrafo segundo ao Art. 4º da Lei 2.631, de 25 de setembro de 1998 e dá Outras Providências.

Nos termos do Parecer da Assessoria Legislativa da Casa, não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no referido projeto por se tratar de assuntos de interesse local.

**III – CONCLUSÃO**

Pelo exposto, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação acompanha o parecer da Assessoria Legislativa concluindo pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende à forma técnica de Redação.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2009

Presidente: Ver. Alfredo Ramos Neto: \_\_\_\_\_

Vice-Presidente: Ver. Sebastião Ildeu Maia: \_\_\_\_\_

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus: \_\_\_\_\_